

Cara leitora, caro leitor,

Apresentamos mais uma edição da Revista Jurídica da Presidência – RJP, que chega ao seu 107^a número e, com ele, encerra seu 15^a volume. Nessa marca, contamos com aproximadamente sete mil assinantes do periódico, vinte e cinco instituições de ensino superior parceiras e cento e cinquenta professores doutores que, como avaliadores *ad hoc*, garantem a análise pelos pares em sistema duplo-cego (*blind peer review*) dos artigos submetidos ao periódico.

Abrimos a edição com o artigo do autor convidado Professor Doutor José Cláudio Monteiro de Brito Filho, Professor Titular da Universidade da Amazônia; Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará; e membro do Conselho Editorial da RJP. O autor nos brinda com um texto que trata da caracterização do crime de reduzir alguém à condição análoga à de escravo e sobre a definição de seus modos de execução, tema que, não obstante decorridos mais de dez anos da alteração no art. 149 do Código Penal brasileiro, permanece em discussão.

Em seguida, o texto de Ludmila Gaudad Sardinha Carneiro aborda a tensão entre duas das variadas correntes de rechaço ao sistema penal, as abolicionistas e as feministas. Raphael Peixoto de Paula Marques, por sua vez, analisa o contexto histórico e os debates parlamentares relacionados à elaboração da primeira Lei de Segurança Nacional, de 1935. Ao resgatar antecedentes relacionados à repressão política a comunistas e a anarquistas, demonstra como a mudança do termo “segurança nacional” influenciou a noção de crimes contra a ordem política e social.

Em um artigo em francês, Andréa Virgínia Sousa Dantas e Catherine Wihl de Wenden lançam mão de uma análise histórica para explorar a relação entre o contexto internacional e a governança do turismo no Brasil. Ao recuperarem as principais diretivas das políticas públicas de turismo no país, abordam o ainda pouco difundido tema do direito do turismo.

Na sequência, Fillipe Azevedo Rodrigues discorre sobre as vantagens dos consórcios públicos para a implementação de políticas locais. Tomando emprestado da economia *insights* da teoria dos jogos, discorre sobre formas de maximização da cooperação dos entes consorciados e da preservação do arranjo. Já o texto de Roberto Elias Rodrigues e de Beatriz Gomes da Silva reflete sobre os Créditos de Carbono e sua importância para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Luiz Antonio Soares Hentz e Fabrício de Vecchi Barbieri discutem sobre as alterações produzidas Lei nº 12.441, de 2011, quanto à empresa individual de responsabilidade limitada. A partir de um estudo de direito comparado, analisam as técnicas de limitação de responsabilidade da pessoa jurídica e elucidam sobre suas vantagens. Também apontam elementos ditos nebulosos quanto à aplicação do instituto.

Lauro Ericksen Cavalcanti de Oliveira, utilizando tanto de uma abordagem jurídica como de uma abordagem sociológica, discute o conceito de conflito social e analisa as vantagens da variedade de sistemas não judiciais de resolução de conflitos. As potencialidades de participação popular por meio da Internet são o tema do trabalho de Rafael Santos de Oliveira e de Letícia Bodanese Rodegheri. Nele, os autores exploram as ferramentas para o exercício da cidadania no ciberespaço, e analisam algumas iniciativas para sua regulamentação. Por fim, Maria Cláudia Mércio Cachapuz discute a questão da autodeterminação informativa e sua relação com o direito de acesso aos bancos de informações nominativas públicos e privados. Enfatiza a importância em se estabelecer controles sobre o armazenamento, o registro e a transmissão de dados a partir da análise de normativos internacionais e nacionais, e as dificuldades e os avanços encontrados na jurisprudência brasileira atual.

A publicação de mais uma edição da RJP é, sem dúvida, resultado da colaboração, do esforço e da dedicação das instituições de ensino superior parceiras, dos professores avaliadores, dos membros do Conselho Editorial e da equipe da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Expressamos a todos eles nossos agradecimentos. Por fim, agradecemos às autoras e aos autores que submeteram e publicaram seus trabalhos neste periódico. Desejamos a todos uma ótima leitura!